



ANEXO I
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº xxx/2019
Processo Administrativo nº xxx/2019

Termo de Colaboração Nº xxx/2019 que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES e o XXXXXXXX mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES**, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Nereu Liberato Nunes, Centro, cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 11.474.080/0001-33, neste ato representado por sua Secretária de Saúde a srª MARLUZA TREVISAN, brasileira. Solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.485.739-65, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Organização da Sociedade Civil **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA xxxxxxxxxxxxxxxx, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx e Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Instrução Normativa nº 01/2017/SGC e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições NO **EDITAL N º xxxx PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO** e no **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 80/2015**, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O presente Termo de Colaboração tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO, PARA ADULTO E ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS**, conforme condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

Parágrafo Único - Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Credenciamento nº 80/2015 e no Edital para celebração de Termo de Colaboração com Dispensa de Chamamento Público Nºxxx, juntamente com seus anexos.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da entidade Parceira:

- 2.1. Prestar os serviços com estrita observância às regras obrigacionais impostas pela Contratante, além de cumprir com todas as exigências legais impostas;
- 2.2. Os serviços prestados deverão subsidiar o processo de recuperação e reinserção social, com atendimento pautado pela convivência entre os pares, em um espaço adequado e de referência, com fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos usuários de substâncias psicoativa;
- 2.3. Possuir e cumprir seu programa de acolhimento, que também deverá conter as normas e rotinas da entidade;
- 2.4. Informar à gestão da parceria, vinculada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a relação das pessoas que utilizaram efetivamente os serviços, devidamente assinada pelo responsável da entidade;
- 2.5. Prestar os serviços de acordo com o plano de trabalho, incluindo o instrumental de avaliação pela execução do serviço, que será obrigatoriamente apresentado para aprovação, obedecendo às normas estipuladas no edital, dentro dos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos pelas normas técnicas descritas no item “7” deste Termo;
- 2.6. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre o serviço contratado, materiais de consumo e permanentes, conhecimentos técnicos e científicos e respectivos direitos autorais, eximindo o município de qualquer ônus;
- 2.7. Se responsabilizar, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive, o de promover acordo formal de revezamento de horas com os funcionários com o objetivo de manter o atendimento e acompanhamento dos usuários ininterruptamente, conforme flexibiliza a CLT, com redação dada pela Reforma Trabalhista, e ainda de: pagar os salários em dia e de acordo com o piso de cada categoria, observados os critérios da Lei 13.019/2014; os seguros de acidente; as taxas, os impostos e contribuições; indenizações; vale-transporte; vales-refeições e de comparecer em juízo nas questões trabalhistas relativas a seus funcionários contra o município, assumindo o pólo passivo na condição de empregadora;
- 2.8. Manter recursos humanos em período integral, em número compatível com o quantitativo total de acolhidos e das atividades desenvolvidas, mantendo o(s) seu(s) funcionário(s) sujeitos às normas disciplinares, para que executem com zelo, responsabilidade, assiduidade e comprometimento as suas



funções e sempre identificados com crachá e uniforme específico a categoria profissional exercida, eximindo a constituição de qualquer vínculo empregatício com o município;

2.9. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

2.10. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

2.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município, arcando com a despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus empregados nos trabalhos relacionados ao objeto do contrato;

2.12. Indicar ao Município o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao órgão/executor incumbido da fiscalização do contrato;

2.13. Comunicar, por escrito, ao executor do contrato, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e no menor espaço de tempo possível, descrevendo todas as circunstâncias necessárias ao esclarecimento dos fatos;

2.14. Cumprir as instruções complementares determinadas pelo município para a execução do contrato, bem como as normas complementares federais pertinentes ao objeto contratado e/ou ao instrumento contratual;

2.15. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos, mantendo os respectivos comprovantes à disposição para verificação pelo fiscal do contrato;

2.16. Fornecer todo o material de proteção e de segurança no trabalho aos seus funcionários, em obediência as normas técnicas exigidas para cada categoria, assumindo toda a responsabilidade por qualquer dano ou acidente que venha a ocorrer com algum membro de sua equipe, durante o horário de trabalho e no elastecimento da carga horária, por exigência da contratada;

2.17. Elaborar um planejamento tático e operacional das atividades a serem desenvolvidas, acompanhado de fluxograma das atividades e do cronograma de execução e apresentá-la à gestora da parceria;



- 2.18. Possuir conta corrente específica, de sua titularidade e personalidade jurídica, em instituição financeira oficial;
- 2.19. Favorecer o acesso liberado ao espaço da instituição e no acompanhamento das atividades executadas, para a fiscal e gestora da parceria, as comissões de monitoramento e avaliação e pelo COMUSA – Conselho Municipal de Saúde de Navegantes, sem necessidade de prévio agendamento;
- 2.20. Franquear dados sobre a Comunidade Terapêutica e sobre o acolhimento para instituições de pesquisa contratadas pela SENAD, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - fornecendo informações a serem utilizadas em futuras pesquisas e/ou estudos;
- 2.21. Permitir que instituições de pesquisa contratadas pela SENAD efetue entrevistas com os acolhidos e com a equipe multidisciplinar, disponibilizando espaço para a realização desta atividade, onde seja garantido a privacidade dos entrevistados;
- 2.22. Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1. Repassar os recursos financeiros necessários à concepção dos fins do Termo de Parceria de acordo com o cronograma financeiro de desembolso aprovado;
- 3.2. Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de atividade contratadas;
- 3.3. Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução dos serviços objetos do Termo da Parceria;
- 3.4. Publicar o extrato da minuta do Termo da Parceria no site da Prefeitura Municipal e diário dos Municípios, analisar a regularidade das contas prestadas pela CONVENENTE, relativas à aplicação dos recursos transferidos;
- 3.5. Pela equipe fiscalizadora informar hierárquico a existência de fatos que comprometem ou possam comprometer as atividades ou metas de parceria e de inícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar o problema;
- 3.6. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 38 da IN nº 01/2017/SGC;
- 3.7. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológico necessários às atividades de monitoramento e avaliação;



3.8. A fiscalização da parceria será feita pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do Gestor designado e equipe afins.

Parágrafo Segundo – O GESTOR DESIGNADO: PAULO RENATO CRISPIM

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Dá-se como valor máximo ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de **R\$ xxxxx**

Parágrafo Primeiro – O Valor corresponde ao tratamento de x (xxx) pessoas encaminhadas pelo município, por mês, durante o prazo de 12 (doze meses), a R\$ 1.166,67 (um mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) por pessoa atendida mensalmente.

Parágrafo Segundo – O valor por dia de tratamento, por paciente, corresponde ao valor mensal dividido por 30 (trinta), sendo o valor de R\$ 38,88 (trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), de acordo com a memória de cálculo: $(1.166,67 / 30 = 38,88)$.

Parágrafo terceiro - O pagamento será realizado mediante a apresentação da prestação de contas pela entidade e após aprovada pelo Gestor da Parceria, pela Comissão de Avaliação e Monitoramento e pela Secretária da Saúde.

Parágrafo quarto - O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), as Certidões Negativas de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pela Justiça do Trabalho (Trabalhista), e a Certidão Negativa de Débitos Municipais no município de Navegantes;

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5. O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá a análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.1. O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e acompanhar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente Termo.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DE VIGENCIA - PRORROGAÇÃO E RECISÃO.



O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de para a execução do objeto deste Termo de Colaboração será o compreendido entre o período de 08/05/2019 a 08/05/2020.

Parágrafo Primeiro - O prazo estabelecido neste instrumento poderá ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao órgão gestor em, no mínimo, trinta dias anteriores ao termo inicialmente previsto nos termos do artigo 55 da Lei 13.019/2014.

Parágrafo segundo – Poderá o Município de Navegantes promover aditivo de supressão de prazo ou quantidade conforme necessidade e aditivo de ofício à prorrogação do presente instrumento, mediante a celebração de termo aditivo, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada esta prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do artigo 55 e 57 da Lei 13.019/2014.

Parágrafo Terceiro – O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicação desta intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Quinto – arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8. A CONTRATADA deverá apresentar a prestação de contas de cada exercício financeiro conforme previsto na IN SGC 001/2017.

8.1. A CONTRATADA deverá informar até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de serviços prestados, a quantidade de pacientes tratados, e o número de dias que cada paciente permaneceu em tratamento, para fins de cálculo de custos incorridos em tratamento.

8.1.1 O relatório gerencial conterá o nome do usuário internado na Comunidade Terapêutica, a data da internação, o tempo de permanência no mês e a previsão de conclusão do tratamento.

8.1.2 O Tratamento de cada paciente será remunerado no valor de R\$ 38,88 (Trinta e oito reais e oitenta e oito centavos) por dia.



8.1.3 Ficando o paciente internado durante o mês inteiro o valor a ser pago para a entidade será de R\$ 1.166,67 (mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

8.2 A CONTRATADA deverá demonstrar mensalmente a relação de funcionários contratados para a consecução dos serviços e as Certidões Negativas - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), as Certidões Negativas de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pela Justiça do Trabalho (Trabalhista), e a Certidão Negativa de Débitos Municipais no município de Navegantes.

8.3 A CONTRATADA deverá apresentar na prestação de contas ainda o **Relatório de Execução do Objeto**, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e comparativo de metas propostas com os resultados alcançados. alcance das Metas, Atividades e Ações apresentadas no plano de trabalho.

8.4 O Gestor da Parceria, a Comissão de Avaliação e Monitoramento e a Secretária da Saúde, avaliarão a prestação de contas, verificando se estão atendidas todas as cláusulas do Edital de Credenciamento e do Termo de Colaboração, e esta, sendo aprovada, permitirá o depósito bancário referente aos serviços prestados.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9. O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação orçamentária, na dotação – código reduzido 19 – do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – “Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos”.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11. Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente Termo e, no caso das eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 18/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

12. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Navegantes – SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Navegantes, 06 de maio de 2019.
